

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA COMO ORGANIZADORA POLÍTICA DOS TRABALHADORES RURAIS

JOSÉ SANTANA DA SILVA* - UEG

A partir da década de 1970, as lutas dos trabalhadores rurais brasileiros por direitos sociais e políticos, por terra e justiça assumiram importância crescente na agenda política do Estado e da sociedade civil nacionais. Nesse processo, em decorrência do bloqueio imposto à livre organização política das classes subalternas, pelo regime ditatorial vigente no país, a Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica – CPT – desempenhou importante papel como força articuladora dos trabalhadores no campo.

O presente estudo corresponde a um esforço para compreender o significado político-histórico dessa atuação, especificamente da CPT Regional Goiás,¹ como organizadora e educadora política, e, em certo sentido, como dirigente política dos trabalhadores rurais. Dado esse papel desempenhado por seus agentes, a Pastoral da Terra tomada aqui como *intelectual orgânica* dos trabalhadores rurais em Goiás, na acepção de Gramsci. Segundo o autor dos *Cadernos do cárcere*, “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”.² Assim, os intelectuais orgânicos são o conjunto dos indivíduos que atuam no âmbito das superestruturas, cujas funções consistem em promover a unidade social e política da classe fundamental à qual se vinculam, torná-la consciente do seu papel histórico e construir e manter o consenso das demais classes e grupos sociais em

* Professor do curso de História da Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás em Anápolis-GO. Mestre em História das Sociedades Agrárias pela Universidade Federal de Goiás.

¹ Oficialmente, a CPT Regional Goiás é denominada Comissão Pastoral da Terra Regional Centro-Sul de Goiás. Esta designação vem da época de sua fundação (1976), quando o estado ainda não havia sido dividido para dar origem ao estado do Tocantins (1988) e foi mantida por motivo prático, isto é, para evitar a necessidade de alteração dos seus registros junto aos órgãos oficiais e financiadores.

² GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. pp. 3-4.

torno do seu domínio – hegemonia. Em síntese, os intelectuais orgânicos são a soldadura do *bloco histórico*.³

Embora a classe dominante tenha a primazia na criação de intelectuais orgânicos, esta possibilidade não se limita a ela, estende-se ao proletariado. Os intelectuais das classes subalternas cumprem o papel revolucionário de construir a contra-hegemonia, levando à formação de um novo “bloco histórico”. Já os intelectuais tradicionais são entendidos como “categorias intelectuais preexistentes”,⁴ isto é, *categorias residuais representantes de uma ordem social precedente que não fora de todo superada pelo desenvolvimento da nova formação econômico-social*, que têm como função básica manter a coesão do “bloco agrário” com os camponeses em posição subalterna ante os grandes proprietários rurais, contribuindo, desta forma, para a unidade do “bloco histórico” industrial-agrário. Gramsci identificou no clero católico “a mais típica” das categorias de intelectuais tradicionais. Porém, partindo da sua própria formulação metodológica, de que o surgimento e o papel dos intelectuais somente podem ser compreendidos se historicamente referenciados, podemos caracterizar os agentes da CPT Regional Goiás como *intelectuais orgânicos* dos trabalhadores no campo.

Mudanças nas relações da Igreja com a questão sociopolítica no campo e origem da CPT

Na década de 1960 uma parte relevante do clero católico no Brasil passou de um autoritarismo paternalista frente às demandas dos “pobres do campo” a uma posição de defesa intransigente das suas reivindicações por terra, direitos sociais e liberdade de organização. Diferentemente do que fizera até o início dos anos 1960, a parcela do clero comprometida com a causa das camadas populares rurais assume uma posição anticapitalista, chegando a defender a propriedade social da terra e a total autonomia das

³ Gramsci concebe o *bloco histórico* como a unidade orgânica entre base e superestruturas, realizada pelos intelectuais orgânicos, tendo como base a aliança de classes, porém não se limitando a ela.

⁴ GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* p. 5.

organizações dos trabalhadores frente ao Estado e ao patronato. Essa mudança de postura criou as condições internas que possibilitaram o surgimento da CPT.

A Comissão Pastoral da Terra surgiu no momento em que a base econômica do regime ditatorial se encontrava em franco processo de desmoronamento, atingida pela crise do capitalismo internacional, mais conhecida como a “crise do petróleo” de 1973. Era a crise do “milagre econômico”, que minou as bases do regime e levou seus dirigentes a iniciar a “distensão” política, em 1974, na tentativa de obter legitimidade, já que o sustentáculo econômico havia se deteriorado.

Enquanto as reformas político-jurídicas eram feitas pelos próprios ditadores, no campo, particularmente na Amazônia, a expulsão violenta dos posseiros pelo capital agrário de origem urbana e multinacional e pela ação de grileiros, assumia proporções nunca vistas. No Nordeste, a violência contra camponeses não proprietários e trabalhadores rurais assalariados seguia fazendo vítimas. Acuados pela violência e pela miséria crescentes, e ainda politicamente desorganizados, restou aos posseiros amazônicos e aos trabalhadores nordestinos buscarem apoio junto à Igreja Católica na região. A resposta dos bispos aos seus “clamores” veio, inicialmente, na forma de cartas pastorais individuais como a de Dom Pedro Casaldáliga *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (nordeste do Mato Grosso), em outubro de 1971.⁵

Diante do quadro sociopolítico e eclesial desenhado, os bispos e prelados da Amazônia Legal e do Centro-Oeste, mais alguns padres e convidados, decidiram criar a Comissão Pastoral da Terra Nacional num encontro em Goiânia, estado de Goiás, de 19 a 22 de junho de 1975. A nova entidade, “na qualidade de organismo de caráter oficioso” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – deveria “realizar com agilidade o

⁵ Outras declarações conjuntas se seguiram na primeira metade da década de 1970, mantendo a tendência de crítica às injustiças sociais e às estruturas e relações que as geravam.

objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins”.⁶

Embora tenha surgido da iniciativa de bispos e agentes de pastoral das regiões Amazônica e Centro-Oeste, a CPT apresenta algumas características distintas das pastorais anteriores: primeiro, a sua fundação não foi motivada pelo anticomunismo; segundo, a CPT não só reivindica como goza de maior autonomia relativa frente à hierarquia da Igreja na definição das suas linhas de ação; terceiro, a CPT propugna por um maior respeito ao “protagonismo político dos trabalhadores”, apesar de neste ponto e no seu autoproclamado antivanguardismo se verificar duas de suas maiores ambigüidades. Pouco mais de um ano após sua fundação, a Pastoral da Terra já se fazia presente em mais da metade dos estados do país, com a formação de quatorze equipes regionais, dentre elas a Regional Centro-Sul de Goiás.

A CPT Regional Goiás foi fundada em novembro de 1976, limitando-se ao centro-sul do estado, atual território goiano. A CPT Regional Centro-Sul de Goiás nasceu com os mesmos objetivos da Pastoral da Terra Nacional: um “serviço” pastoral aos trabalhadores rurais, comprometendo-se a “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos camponeses”.⁷

CPT Goiás: “intelectual orgânica” dos trabalhadores rurais?

Em sua obra *Josimo, a terra, a vida*, Aldighieri se refere a padre Josimo Morais Tavares⁸ como *intelectual orgânico*, “formador de consciência, catalisador de grupos, articulador de organizações populares”.⁹ Também Adelson Cruz, ao analisar a atuação da CPT Regional Araguaia-Tocantins, junto aos camponeses-posseiros na sua organização e luta pela terra no extremo Noroeste do que é hoje o estado do Tocantins, se referenciou no

⁶ Boletim da Comissão Pastoral da Terra. Nº 1, ano I, Goiânia, dez. 1975. p. 8.

⁷ Boletim da CPT, nov./dez. 1976: 12

⁸ Agente da CPT no Bico do Papagaio (extremo norte do então estado de Goiás) assassinado em Imperatriz, Maranhão, em 10 de maio de 1986 por pistoleiro a mando de fazendeiros da região.

⁹ ALDIGHERI, Mário. *Josimo, a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 32.

conceito gramsciano de *intelectuais orgânicos*. “A CPT Araguaia/Tocantins, nos anos 70 e na metade dos anos 80”, afirma o autor, “no tocante á luta pela terra, tornou-se ‘um espaço’ de apoio aos trabalhadores rurais da região, para em seguida, controlar e dirigir as lutas dos rurais. Nesse percurso, sua ação não se fez de forma supletiva, pois implementou diversas formas organizativas e interveio no movimento sindical e se constituiu em *partido político*, na acepção de Gramsci” (grifo meu).¹⁰

Apesar da clareza na definição do conceito, os autores não se ocuparam dos problemas que encerram o seu uso na compreensão de uma realidade histórica distinta daquela em que foi sistematizado pelo pensador italiano. Gramsci caracterizou o clero católico como “a mais típica” categoria de intelectuais tradicionais, como já explicitado. Quanto à possibilidade de o campesinato gerar os próprios intelectuais orgânicos, Gramsci sentenciou: “cabe observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, *não elabora seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’ nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’*, embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa” (grifo meu).¹¹

Apesar de apontar essa impossibilidade, o próprio Gramsci forneceu o instrumental metodológico capaz de evitar que o enquadramento dos agentes da CPT nessa categoria conceitual redundasse em anacronismo. Segundo ele, os intelectuais orgânicos que cada grupo ou classe social fundamental que desempenha “uma função essencial no mundo da produção econômica” cria para si são, geralmente, “‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz”.¹² Isto vale tanto para a burguesia, classe fundamental da formação econômico-social capitalista, quanto para a aristocracia rural, que ocupava posição equivalente na antiga estrutura destruída pelo desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção modernas.

¹⁰ CRUZ, José Adelson. *Luta pela terra, práticas educativas e saberes no Médio Araguaia-Tocantins*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. p. 14.

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* pp. 4-5.

¹² CRUZ, José Adelson. *Op. cit.* p. 4.

Porém, Gramsci observou que a formação dessa categoria no mundo feudal e no mundo clássico que o precedeu, “*é uma questão que deve ser examinada à parte: esta formação e elaboração segue caminhos e modos que é preciso estudar concretamente*” (grifos meus).¹³ Isto equivale a dizer que cada caso deve ser analisado levando-se em conta as peculiaridades do contexto histórico em que se desenvolve. Parece estar nesta observação a chave da questão fundamental aqui proposta: admitido que os agentes da CPT se constituíram em intelectuais orgânicos dos trabalhadores rurais no Brasil, como isto ocorreu?

A resposta para esta questão, como já indicada, está precisamente nas especificidades do desenvolvimento histórico de cada sociedade. Os traços do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e das transformações sofridas pela Igreja, relacionadas com as mudanças econômico-sociais, políticas e ideológicas, que provocaram o afastamento do clero em relação à elite rural e ao Estado, que passou a tratar seus membros com hostilidade, por vezes, com violência durante o regime militar, são fundamentais para se compreender a transformação de parte do clero católico em intelectuais orgânicos dos trabalhadores rurais.

Vale reafirmar que toda religião ou igreja está situada num contexto social e historicamente determinado, não “opera no vácuo”. O que significa dizer que “a ação de qualquer religião está limitada e orientada por seu contexto social”, independentemente “das intenções e desejos” dos seus agentes.¹⁴ Compreensão igual tem Mainwaring. Segundo este autor, uma Igreja é influenciada pelas mudanças na sociedade em geral.¹⁵ Sobre as mudanças ocorridas na Igreja, em particular no Brasil, arremata: “Assim, não é a intenção de proteger interesses institucionais, nem o processo político, por si só, que explicam a mudança da Igreja. É a função de uma nova identidade institucional e de novas condições econômicas, políticas e sociais que explica. Isolar as condições políticas e sociais ou a nova

¹³ GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* pp. 5

¹⁴ MADURO, Otto. *Religião e luta de classes: quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina*. Tradução de Clarêncio Neotti e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 73.

¹⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 25.

doutrina institucional como fator único de mudança, é deixar de perceber o *caráter dialético* desse processo” (grifo meu).¹⁶

Por outro lado, se o próprio Gramsci admitiu que “outros grupos sociais” buscam na massa camponesa “muitos dos seus intelectuais”, e que grande parcela dos intelectuais tradicionais dela se origina, por que dentre eles não vingariam alguns intelectuais organicamente vinculados ao campesinato? No que se refere à origem social, vale registrar que a grande maioria dos agentes e ex-agentes da Pastoral da Terra Regional Goiás procede de famílias camponesas, tendo vivido na zona rural até, pelo menos, a adolescência. Alguns saíram das lides agrícolas para estudar em Seminários com vistas a se tornarem padres, sendo que a maioria não seguiu a carreira eclesiástica. Como se vê, o emprego das categorias conceituais de Gramsci na compreensão de uma dada realidade não pode prescindir da sua contribuição metodológica.

Feitas estas considerações, vejamos uma breve descrição da atuação da CPT Regional Goiás junto aos trabalhadores do campo.

A CPT Regional e as lutas dos trabalhadores rurais em Goiás

Tendo como pressuposto orientador da ação a máxima de que “É a realidade que diz quais as coisas que devem ser feitas”, a trajetória da atuação dos agentes da CPT Regional Goiás se desdobrou no apoio aos trabalhadores rurais no desenvolvimento das seguintes lutas: *luta por direitos* (sociais, trabalhistas, políticos) e por um sindicalismo autônomo frente ao Estado e aos patrões; *luta pela terra* (pela conquista da terra ou pela reforma agrária); e *luta na terra*, isto é, pela permanência dos agricultores familiares na terra. Cada uma dessas *lutas* assumiu maior ou menor relevância de acordo com as mudanças conjunturais. Assim, até o fim da transição do regime ditatorial para a democracia, a luta por direitos e pela autonomia da organização sindical ocupou o primeiro plano na atuação da Pastoral da Terra.

¹⁶ MAINWARING, Scott. Idem. p. 134.

Embora a preocupação com a reforma agrária estivesse presente desde o primeiro momento da história da CPT Goiás, as ações concretas de luta pela terra só começaram a ocorrer a partir de 1980 com a mobilização contra o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer) ou Projeto JICA (Agência Japonesa para a Cooperação Internacional). Entretanto, as ações diretas, na forma de ocupações de grandes propriedades improdutivas por parte de trabalhadores rurais sem-terra, só se converteram em prioridade a partir de meados daquela década, quando da ocupação da fazenda Mosquito, município de Goiás. Antes disso a entidade inaugurou a Campanha pela Reforma Agrária no estado, em novembro de 1983. Este movimento coincidiu com as primeiras resistências organizadas dos posseiros contra as expulsões provocadas por “grileiros”.

Por seu turno, apesar de as ações pela permanência das famílias de trabalhadores assentados (e de pequenos proprietários) na terra terem se iniciado em meados dos anos 1980, com a promoção da “agricultura alternativa”, somente no princípio da década seguinte esta frente de luta foi incorporada às prioridades da CPT Goiás. Este fato coincidiu com o período de refluxo das ocupações de terras no estado. A partir de então, as lutas *pela terra* e *na terra* dividiram as atenções dos agentes da Pastoral.

Embora as condições sociais de existência das massas rurais, no fundamental, permanecessem as mesmas, as mudanças sociopolíticas ocorridas no período (fim do regime militar, restabelecimento do pluripartidarismo etc.) e algumas conquistas obtidas pelos trabalhadores rurais (direitos sociais e políticos e o assentamento de algumas famílias de sem-terra) colocaram novos desafios para o trabalho político-pastoral. Foram as respostas dadas a esses desafios, assumidos como prioridades pela CPT, e as ações empreendidas com a finalidade de contribuir para a libertação social das classes subalternas do campo que determinaram os marcos da sua trajetória.